



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 14 de maio de 2013

JORNAL DO COMMERCIO CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO Editorial	2
JORNAL DO COMMERCIO Frente & Perfil	3
JORNAL DO COMMERCIO Estado Vizinhos.....	4
JORNAL DO COMMERCIO Braga aposta em votação até quinta	5
JORNAL DO COMMERCIO Unificação do ICMS vive novo impasse.....	6
JORNAL DO COMMERCIO Líderes do comércio exterior se reúnem.....	7
A CRITICA NOVAS LUTAS PELA FRENTE	8
A CRITICA sim & não	9
A CRITICA Artur representará prefeitos	10
A CRITICA Câmbio diferenciado para a ZFM	11
A CRITICA Lindbergh quer 9%	12
A CRITICA Daikin fabricará no PIM	13
A CRITICA Mitos e preconceitos plantados contra a ZFM	14
A CRITICA Arrecadação cresce 18% em abril	15
DIÁRIO DO AMAZONAS CAPA	16
DIÁRIO DO AMAZONAS Claro & Escuro.....	17
DIÁRIO DO AMAZONAS Claro & Escuro (continuação)	18
DIÁRIO DO AMAZONAS Concursos locais e nacionais oferecem 2 mil vagas e salários vão até R\$ 14 mil	19
DIÁRIO DO AMAZONAS Arthur quer criar com Omar ofensiva na imprensa do Sul e Sudeste a favor da ZFM	20

MASKATE	
Fala Sério	21
OPINIÃO	
MASKATE	
Fala Sério (continuação)	22
OPINIÃO	
MASKATE	
Arthur Neto chega otimista em Manaus	23
MASKATE	
Arthur Neto chega otimista em Manaus (continuação)	24
MASKATE	
Continua a confusão na MP dos Portos	25
MASKATE	
Continua a confusão na MP dos Portos (continuação)	26

CAPA

IMPASSE

ZFM espera votação de MP



Em entrevista ao *Jornal do Commercio*, o relator da MP dos Portos no Senado, Eduardo Braga, diz apostar em acordo para viabilizar a votação da matéria na Câmara até quin-

ta-feira, prazo final para apreciação da pauta. Braga disse que novas emendas ao texto que foi consenso entre todos os membros da comissão no Senado são inegociáveis. O governo federal mobilizou ministros

na manhã de ontem, a fim de colocar a matéria em pauta no prazo regimental. Braga diz ainda que a MP vai permitir que portos privados movimentem cargas de terceiros, o que poderá melhorar o fluxo

de exportação de nossos produtos da Zona Franca de Manaus. Além disso, com a inclusão no texto do funcionamento 24 horas dos portos, o desembarque de cargas poderá ser feito com maior rapidez.

Página A5

Editorial

Civilidade, inclusive na política, é conquista da sociedade

A união de políticos de diferentes correntes em defesa da Zona Franca de Manaus, na última semana, surpreendeu muita gente. Uma olhada nas redes sociais mostra o quanto o fato, inédito até então no Amazonas, impactou a sociedade. O que parece ser uma novidade para os amazonenses

é prática política comum na maioria dos países do chamado primeiro mundo e até em algumas nações em desenvolvimento. Basta lembrar as tragédias recentes nos Estados Unidos – furacões, ação de atiradores em escolas, etc. –, que uniram o presidente democrata a governadores republicanos.

Nos últimos tempos, o amazonense tem experimentado situações em que a civilidade surge como num passe de

mágica. Um exemplo são as faixas de pedestres, pintadas na gestão do ex-prefeito Amazonino Mendes. Elas de fato criaram uma cultura diferente no trânsito. Hoje, os motoristas passaram a respeitá-las e mesmo aonde elas não existem, é comum ver carros parando para deixar alguém atravessar a rua.

São atitudes simples que podem desenvolver a civilidade em sociedade. Neste sentido, os políticos amazo-

nenses deram uma prova de que, mesmo entre adversários, quiçá inimigos, pode surgir a convivência civilizada diante da necessidade, de algo maior.

Não se exige das lideranças que abram mão de estratégias eleitorais, de sonhos e objetivos, mas sim que saibam separar as coisas e, como diria o sábio Salomão, façam tudo a seu tempo.

A sociedade sem dúvida estará vigilante nos próximos

dias, diante dos desafios que o Amazonas tem pela frente, mas é necessário também que a população se mobilize, o que se torna muito mais fácil hoje, diante da existência das redes sociais.

A Zona Franca, afinal, é nosso maior tesouro e, discussões de alternativas à parte, pode nos delegar outra pedra preciosa, além dos milhares de empregos que já gerou: a civilidade nas relações políticas.

Frente & Perfil

Hissa legal

O vice-prefeito Hissa Abrahão é um dos responsáveis pela ansiedade do prefeito. É que, enquanto Arthur estava nas ruas nos quatro primeiros meses do mandato, seu vice, ficava recolhido preparando os atos legais que possibilitariam o investimento de uma boa soma na infraestrutura da cidade. E ao que tudo indica, o jovem político cumpriu a missão com muito êxito.

Explicando

Aliás, Hissa tem gastado um tempinho com jornalistas e amigos, explicando sua viagem de 20 dias aos Estados Unidos, em abril. Na realidade, ela estava programada desde agosto do ano passado, quando ele e mais duas dezenas de jovens políticos brasileiros foram convidados pelo governo americano –leia-se Barak Obama – para uma imersão nas ideias e práticas político-administrativas dos “reis do mundo”. E ele garante: aprendeu muito.

Logística

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), Receita Federal e o Ministério da Agricultura estão se preparando para cumprir a determinação da Secretaria Nacional da Aviação Civil, de manter o serviço de desembarque de cargas funcionando 24

horas por dia. A decisão entra em vigor amanhã, em nível nacional. Representantes destes órgãos estiveram reunidos na semana passada com colegas do aeroporto internacional Eduardo Gomes, do Sindicato dos Funcionários da Receita, Suframa e Alfândega de Manaus.

Como é hoje

Apesar de os três terminais de carga já funcionarem 24 horas nas operações de recebimento armazenado e controle de carga, a liberação de carga pela Receita Federal funciona só até meia noite. Com o novo horário, será possível fazer a

entrega da carga também full time. A presidente da Sindi-receita, Sílvia Helena Alencar, diz que basta o governo federal dar posse a 750 analistas que passaram no último concurso, mais 750 excedentes que tiveram nota para passar, mas ficaram fora das vagas, que o funcionamento estará garantido.

Sem porto

Infelizmente, a liberação de cargas full time não atingirá os portos. O diretor-adjunto da Alfândega de Manaus, Maurício Moreira, justifica o furo dizendo que ainda não foi possível cumprir todo o co-

nograma adotado pelo órgão para se adequar à nova determinação.

Sangue

O governador Omar Aziz aguarda para os próximos dias o lançamento do edital de licitação do Hospital do Sangue da Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado do Amazonas (FHemoam). A Comissão Geral de Licitação (CGL) do Governo do Estado está aguardando a liberação do projeto executivo, que se encontra sob análise da Caixa Econômica Federal, para publicar o edital que vai habilitar a construtora responsável pela

obra.

Pressa

Na semana passada, o governador pediu urgência na questão burocrática que envolve a obra do Hospital do Sangue, com previsão para iniciar no segundo semestre. “Queremos concluir a licitação antes do final deste semestre e iniciarmos a obra a todo vapor no próximo verão”, disse o governador.

Abuso

A contenção de gastos anunciada pelo prefeito Arthur Neto está aparentemente sendo ignorada na Secretaria Municipal de Saúde. Há uma profusão de

viagens de servidores do órgão relacionadas no Diário Oficial do Município. Em alguns casos, passagens e diárias, que podem chegar a R\$ 600, são autorizadas para eventos que chegam a durar seis dias, sem resultados práticos imediatos.

Na mira

O ex-prefeito Serafim Corrêa aparentemente gostou da polêmica que manteve há duas semanas com o senador Eduardo Braga. Ontem ele voltou a carga, atacando o adversário, a quem acusa de estar desprestigiado como líder do governo no Senado. Isso por causa das negociações em torno da MP dos Portos, durante as quais Braga teria sido “desautorizado pelo Planalto”, segundo Sarafa.

Alvo

Além da rivalidade histórica –os dois só estiveram no mesmo palanque em 1998, quando formaram a chapa que disputou o governo àquela altura –, Serafim tem um alvo bem definido quando ataca Braga: garantir seu nome entre as opções para disputar o governo ou o Senado em 2014. A possibilidade é remota, mas existe. De concreto, hoje, existe a intenção dele de disputar uma das vagas do Estado na Câmara Federal, ainda mais depois que o Amazonas ganhou o direito de eleger nove deputados federais.

Arthur espera ansioso o verão

Nos últimos dias o prefeito Arthur Neto tem dito a amigos e aliados que está ansioso pela chegada do verão. Ele entende que tem as condições necessárias para fazer, no período de sol, as obras que vão efetivamente mudar a cara da cidade. Alguns entusiastas enxergam nesse estado de espírito dele uma indicação de que pode mesmo vir a ser candidato a governador em 2014, mas pessoas muito próximas ao gestor descartam completamente essa hipótese. Para elas, a ansiedade tem uma explicação: o tucano sabe que, se não apresentar resultados ainda este ano, vai ter dificuldades no restante do mandato. A história recente mostra que o administrador mal avaliado no primeiro ano, passa o restante da administração tentando se recuperar, sem conseguir.



Foto: Divulgação

Estado Vizinhos

O prefeito Arthur Virgílio Neto em entrevista coletiva concedida ontem no aeroporto Eduardo Gomes, convocou os governantes de Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste a lutarem juntos pela manutenção do modelo Zona Franca e do ICMS. Ele afirmou que a manutenção da alíquota diferenciada, em relação a outros Estados do Sudeste e Sul do país, foi uma vitória, mas disse que somente a união de líderes é que vai proteger as cidades mais expostas daqueles que ele chamou de lobos da economia brasileira.

“Por que o Pará votou contra a gente? Por que o Tocantins votou contra a gente? Eu queria saber que afinidades eles têm com São Paulo e outros Estados do Sul. Se nós conseguirmos estabelecer um bom acordo, teremos a possibilidade de salvar a Zona Franca de um prejuízo imenso para todos nós. Precisamos nos unir”, afirmou Arthur Neto.

O prefeito ressaltou tam-



“Por que o Pará votou contra a gente? Por que o Tocantins votou contra a gente?” indaga o prefeito

bém a importância da parceria com os veículos de comunicação de circulação nacional para mostrar o lado da história que a maior parte do Brasil desconhece.

“O segundo round eu diria que estão ganhando porque eles estão na Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, entre ou-

tros, botando pra quebrar em cima da gente. Nós precisamos ir pra cima também. Escrever nos veículos de circulação nacional, nos principais portais do país, colocando a nossa versão. Tenho certeza que ninguém vai nos negar espaço, até porque alguns deles já sinalizaram o interesse de mostrar o outro

lado. Não dá pra só um lado falar. Se nós fizermos isso, vamos dividir a opinião pública brasileira”, destacou. Durante a semana que ficou em Brasília, o prefeito também foi recebido pela presidente Dilma Rousseff, que se comprometeu em liberar recursos da ordem de R\$ 675 milhões para Manaus.

Braga aposta em votação até quinta

Relator da matéria no Senado, Eduardo Braga se mostra confiante para votação na Câmara, apesar dos impasses existentes

Por Lucas Câmara

Temendo ultrapassar o prazo limite para a votação da MP 595/12, conhecida como MP dos Portos – que encerra na próxima quinta-feira (16) –, o governo federal mobilizou ministros políticos na manhã desta segunda-feira (13), a fim de colocar a matéria em pauta ainda nesta semana. O impasse na votação da chamada MP dos Portos ocorreu no plenário da Câmara Federal depois que o líder do PR, Anthony Garotinho (RJ), fez uma acusação de que a emenda apresentada pelo PMDB transformaria o texto final em "MP dos Porcos", o que levou o presidente da Câmara a encerrar a sessão sem que a proposta fosse apreciada.

No encontro de ontem, coordenado pela ministra chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, os ministros da Secretaria de Portos, Leônidas Cristino (PSB); dos Transportes, César Borges (PR); do Esporte, Aldo Rebelo (PCdoB); das Cidades, Aguiinaldo Ribeiro (PP); e do Trabalho, Manoel Dias (PDT) foram orientados a promover encontros com as respectivas bancadas partidárias no Congresso, na tentativa de assegurar a votação da medida provisória.

Durante a tarde, os mesmos ministros participaram de uma nova reunião, dessa vez com os líderes da base governista na Câmara dos Deputados. Entre as lideranças está o senador Eduardo Braga (PMDB). Em entrevista ao *Jornal do Commercio*, o relator da MP dos Portos se mostrou confiante de que o texto será votado e aprovado antes do fim do prazo. Além disso, Braga disse que novas emendas ao texto que foi con-



Senador Eduardo Braga diz que os pontos já discutidos em comissão no Senado são inegociáveis para votação na Câmara

senso entre todos os membros da comissão são inegociáveis.

Jornal do Commercio - **Senador Eduardo Braga, faltando dois dias para que a MP dos Portos perca a validade, o senhor acredita que a proposta será votada na Câmara e no Senado dentro do prazo? Caso não seja, o que o governo vai fazer?**

Eduardo Braga - Apesar do prazo apertado e do impasse que se formou na Câmara dos Deputados em torno da MP, ainda acreditamos que será possível que os deputados cheguem a um entendimento para

que esse texto possa ser aprovado e, em seguida, enviado ao Senado e que tudo esteja resolvido antes de quinta-feira.

JC - **Quais são as principais demandas que serão contempladas pela MP?**

Braga - Uma das emendas acolhidas pelo nosso relatório determina que os serviços públicos de fiscalização e controle necessários à importação ou à exportação sejam prestados 24 horas por dia, em horário corrido e coincidente com a operação de cada porto, inclusive aos domingos e feriados. Pelo texto, os horários poderão ser

alterados por ato do Poder Executivo, apenas se não houver prejuízo à operação portuária e à segurança nacional. A mudança era reivindicada por diversos deputados e senadores. Certamente teremos redução do tempo de desembarque de cargas, aumentando a competitividade dos portos organizados e reduzindo custos.

No que diz respeito à questão trabalhista, o relatório que elaborei contemplou as reivindicações e o acordo realizado entre os trabalhadores portuários e o governo federal. Propusemos uma aposentadoria especial, criamos uma renda mínima,

criamos o reconhecimento com relação à convenção 137 da OIT, avançamos sobre a profissionalização, sobre reconhecimento das categorias diferenciadas, enfim, foi ampla a negociação. Construímos um texto de consenso, que representa ganhos de direitos aos trabalhadores.

Para viabilizar maior competitividade no setor, o relatório prevê que os Terminais de Uso Privativo (Tups) movimentem também cargas de terceiros. Além disso, o texto apresenta novos critérios que deverão nortear as licitações de novos terminais, tanto públicos quanto privados, passando a

privilegiar a maior eficiência, com a menor tarifa.

JC - **Economicamente, o que representa a abertura dos portos privados às cargas de terceiros?**

Braga - A abertura dos portos privados a cargas de terceiros representa maior competitividade para a economia brasileira. A nova regulamentação agiliza e facilita a exportação de produtos brasileiros, medida importante para incentivar a indústria e o agronegócio nacionais.

JC - **Quais serão os ganhos para o Amazonas?**

Braga - Assim como pode ocorrer em todo Brasil, os portos de Manaus poderão ter maior eficiência no desembarque de cargas. A MP vai permitir que portos privados movimentem cargas de terceiros, o que poderá melhorar o fluxo de exportação de nossos produtos da Zona Franca de Manaus. Além disso, com a inclusão no texto do funcionamento 24 horas dos portos, o desembarque de cargas poderá ser feito com maior rapidez.

JC - **Quais são os pontos "negociáveis" do texto de sua autoria?**

Braga - No texto que aprovamos na comissão mista que analisou a MP, negociamos todos os pontos com todos os setores envolvidos. E por conta dessa negociação, aprovamos um texto que foi consenso entre todos os membros da comissão. É inegociável apenas o que quiserem incluir no texto após toda a negociação feita para aprovar o texto que apresentamos e que não foi discutido na comissão.

Unificação do ICMS vive novo impasse

Secretário Afonso Lobo diz que tudo ainda está nebuloso, sem uma definição de quando e nem se haverá votação da matéria pelo plenário

Por Osvaldo Henriques

Marcada para hoje no Senado, a reunião para votação do relatório final sobre a ajuda financeira aos Estados que vão perder receita com a alíquota do ICMS foi cancelada. A indefinição em relação ao PRS 01/2013 votado no último dia 7 de maio pela CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) foi o que motivou o cancelamento. O assunto deveria ser discutido ainda esta semana, em reunião de líderes, mas a presidência do Senado não sinalizou que convocará encontro das lideranças nos próximos dias.

O secretário de Estado da Fazenda do Amazonas, Afonso Lobo, explica que há muita indefinição em relação à questão e que não há como fazer previsões sobre o que acontecerá. "Está tudo muito nebuloso. Não sabemos quando, nem se terá votação. Já ouvi comentários inclusive que o governo poderá abrir outra proposta por que não gostou da decisão que foi tomada na CAE, então não temos como nos programar", explicou. O comentário do secretário remete as declarações do Ministro da Fazenda, Guido Mantega, que declarou que o governo não deve viabilizar a aprovação da proposta que foi aprovada pela CAE.



Foto: Agência Senado

Amazonas comemorou vitória em votação de emendas da proposta na CAE do Senado, semana passada

Segundo o Ministro as emendas distorceram a proposta que havia sido enviada pelo governo federal. A assessoria de imprensa do Senado também sinalizou que há o risco da votação não ocorrer. Enquanto isso o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirma que seria mais indicado parar um pouco e discutir melhor o assunto novamente.

Apesar da incerteza, Afonso Lobo, destaca que no momento que a votação for realizada, o Amazonas deve levar sua comitiva de volta ao Senado, como aconteceu na votação da CAE. "O Estado não pode e não vai ficar parado em relação a isso. Acredito que todos os políticos do Estado vão novamente se

unir em defesa da Zona Franca de Manaus. As lideranças políticas do Estado do Amazonas têm maturidade suficiente para entender que o projeto da Zona Franca de Manaus é a sobrevivência econômica do nosso Estado. Representa a nossa sobrevivência econômica e todos devem visualizar esse objetivo maior", comentou.

Votação sobre fundo ainda indefinida

A proposta do senador Walter Pinheiro (PT-BA) que propunha aumentar os recursos orçamentários do FDR para R\$ 148 bilhões, com repasse anual de R\$ 8 bilhões como o limite da compensação, conforme cálculos da base governista para a apuração das perdas, também segue sem prazo para ocorrer. A votação que aconteceria nesta terça, também buscava determinar o valor da compensação que seria devida aos Estados em que se constatasse perda de arrecadação em decorrência da redução das alíquotas interestaduais do ICMS, e aos seus

respectivos municípios. A votação já havia sido adiada do dia 9 de maio para o dia 13, devido a impasses.

O secretário de Estado do Amazonas, Afonso Lobo, explica que uma situação está atrelada a outra. "A MP é parte daquele conjunto de reformas. Temos a proposta de resolução que está tramitando e as MPs tratam da compensação de perdas aos Estados e do FRD (Fundo de Desenvolvimento Regional). Nossa lógica é que o Amazonas mantenha os 12% e não precise da compensação", ressalta.

No entanto o secretário res-

salta que no que diz respeito ao FDR o Amazonas deve ter direito, mesmo com a manutenção da alíquota do ICMS em 12%. "No que diz respeito ao FDR o repasse deve ser feito por que o objetivo é desenvolver as regiões menos desenvolvidas e nós estamos entre essas regiões", comenta. Afonso Lobo também explica que só 25% do dinheiro do desenvolvimento regional seria a fundo perdido e 75% para empréstimos.

Questionado sobre uma melhora na aceitação dos Estados que são contra a Zona Franca, dependendo do valor desti-

nados a eles pela União como compensação da perda de arrecadação com o ICMS, Afonso Lobo foi direto: "Acredito que não haverá recuo. O principal é o ponto das alíquotas, as outras questões elas são complementos a isso. Compensação de perdas, desenvolvimento regional, rever as dívidas estaduais diminuindo as taxas de juros, etc. Ninguém quer recompor perda, o que o pessoal quer na verdade é ter competitividade. Manter os empreendimentos estaduais em suas terras. As perdas são apenas um detalhe no processo", enfatizou.

Líderes do comércio exterior se reúnem



Grandes representantes das indústrias da ZFM participarão do encontro

Com o objetivo de aperfeiçoar e de estreitar o relacionamento entre a fiscalização aduaneira e os intervenientes do comércio exterior, a Receita Federal realizará na próxima quarta-feira (15), o "2º Fórum Aduaneiro da Alfândega do Porto de Manaus".

Com a participação das maiores empresas importadoras e exportadoras do Polo Industrial de Manaus, de despachantes, de transportadores, além de representantes dos terminais portuários de Manaus, da Federação das Indústrias do Amazonas, do Centro da Indústria do Estado do Amazonas e da Associação Comercial do Amazonas, o evento dará continuidade aos assuntos tratados na primeira edição do Fórum que ocorreu em março passado.

Necessidade de melhorias nos sistemas de importação,

padronização na interpretação da legislação e dos prazos das rotas de trânsito aduaneiro, serão alguns dos assuntos debatidos.

No "1º Fórum Aduaneiro", por meio de grupos de discussão, foi realizado um levantamento dos principais problemas enfrentados pelos intervenientes do comércio exterior na cidade de Manaus e foram apresentadas sugestões de soluções para cada dificuldade detectada. O documento produzido, na ocasião, foi entregue ao inspetor Osmar Felix de Carvalho, que se comprometeu em estudar, com sua equipe, cada demanda apresentada. "Nesse evento apresentaremos as providências que estão sendo tomadas pela Alfândega do Porto de Manaus em relação aos problemas relatados no primeiro fórum. Manter esse contato com a sociedade é um dos principais objetivos da

Receita Federal, pois só assim saberemos se o nosso trabalho está sendo realizado de forma satisfatória", afirmou Osmar.

Além da apresentação das respostas às demandas do primeiro fórum, essa edição prevê a criação de grupos de trabalhos com representantes das várias categorias de profissionais. Os presentes também apresentarão suas opiniões em relação aos trabalhos realizados pela Alfândega do Porto de Manaus. Todos os assuntos debatidos serão direcionados aos grupos de trabalhos.

O evento acontecerá, dia 15, no Auditório da Federação das Indústrias do Amazonas (Fieam), localizado na av. Joaquim Nabuco, 1919, 4º andar – Centro, das 08h às 12:00h e das 14h às 18h. As vagas para a participação no 2º Fórum Aduaneiro da Alfândega do Porto de Manaus já estão esgotadas.

Manaus, terça-feira, 14 de maio de 2013.

NOVAS LUTAS PELA FRENTE

A reforma tributária ainda é motivo de temores nos meios empresariais e políticos do Amazonas. A aprovação, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, do relatório do senador Delcídio Amaral (PT/MS), que mantém a vantagem da alíquota de 12% do ICMS foi a vitória em uma simples batalha, pois a guerra continua e com inimigos mobilizados para derrubar esse item do relatório quando a discussão chegar ao plenário da Casa. Em paralelo o próprio Governo Dilma Rousseff, que previu a vantagem no projeto encaminhado ao Senado, agora ameaça roer a corda por causa das

mudanças introduzidas no Legislativo. O que incomodou o governo foi a extensão da vantagem às Áreas de Livre Comércio e há quem defenda um veto caso essa versão avance no plenário. Por outro lado, nos últimos dias, há uma forte articulação de senadores de Estados sulistas para barrar o relatório Delcídio na votação que haverá no plenário. Ontem, por exemplo, a senadora Ana Amélia (PP/RS) manifestou a contrariedade dos Estados da Região Sul. Em São Paulo, o governador Geraldo Alckmim (PSDB) voltou a carga e disse que a medida vai causar um baque na industrialização do

Brasil. Tudo isso acontece num cenário em que a "casa é de pobre e todos querem o pirão primeiro". É a bancada do Pará é um exemplo dessa situação, pois o Estado vizinho assumiu nessa guerra uma posição frontalmente contrária a do Amazonas. Por tudo isso, o certo nessa briga é que as forças vivas do Estado devem manter a unidade mostrada na Comissão de Assuntos Econômicos se quiser vencer mais uma etapa dessa briga no Senado e manter as vantagens comparativas da Zona Franca de Manaus. Qualquer fissura na unidade, por questões locais, poderá ser fatal para o nosso modelo.

Independente da fundamental vitória que precisamos lograr neste momento, a hostilidade mostrada por representantes de Estados do Norte, Nordeste, Sudeste e Sul sinaliza que é tempo de buscarmos um modelo alternativo e autosustentável para o nosso Estado. A Zona Franca não é eterna e não podemos ficar nessa aflição a cada ciclo regular de tempo a partir de propostas engendradas pelos inimigos do modelo. Precisamos achar um caminho novo que nos permita passar incólume pelas articulações destes grupos, que hoje não estão apenas na avenida Paulista.

sim & não

Bacalhau e cobranças para Artur

A base aliada do prefeito Artur Neto (PSDB) na Câmara Municipal de Manaus (CMM) começou a semana agitada na expectativa do segundo encontro que ele terá com o bloco. A reunião está marcada para ocorrer no próximo sábado, na casa do líder do PSB, Marcelo Serafim. Ontem, no primeiro dia de sessão da semana, os vereadores governistas preparavam o cardápio que irão servir ao tucano: bolinho de bacalhau e cobranças para que a Prefeitura atenda o grupo.

Receio Apesar do encontro com o prefeito Artur Neto estar agendado desde o mês passado, os governistas não dão certeza da ida dele ao jantar. Aham que o clima de cobrança que há na base poderá dificultar a conversa.

Vizinhos Depois que Artur Neto retornou a Manaus, falando da necessidade do AM ocupar mais o espaço da mídia do País com informações sobre a ZFM, o presidente da CMM, Bosco Saraiva (PSDB), pediu uma consulta de preço na mídia de Belém, onde quer publicar uma nota técnica sobre o modelo.

Adversários A ideia de Bosco é tentar conquistar a bancada paraense no Congresso que tem se

posicionado como adversária da ZFM, tanto na Câmara quanto no Senado.

Soneto A senadora Ana Amélia (PP-RS), crítica dos 12% na reforma do ICMS, disse ontem no Senado que os Estados do Sul ficaram frustrados com a decisão da Comissão de Assuntos Econômicos, de manter a vantagem da ZFM. Segundo ela, a mudança ao texto original "ficou pior do que o soneto".

Só em 2015 A propósito, ontem, o governador de SP, Geraldo Alckmin (PSDB), propôs que a reforma do ICMS seja discutida somente em 2015, após o ano eleitoral. Para ele, do jeito que está, a mudança põe em risco a indústria do País.

Aliado Na iminência de ser exonerado da cúpula do MDIC, o número 2 da pasta, Alessandro Teixeira, seria a perda não apenas de um aliado da ZFM no ministério. Pelo que tem demonstrado nos últimos anos, ele pode ser considerado fa incondicional do modelo.

Apoio O ex-deputado estadual Sabá Reis (PR) promoveu encontro com funcionários do Senado e aliados, na sede do PR, na Zona Centro Sul. Foi a primeira reunião para pedir apoio à campanha de Alfredo Nascimento (PR).

Vice Detalhe da reunião é que Sabá Reis, que também já se movimentava para retornar à ALE-AM, só não definiu exatamente que cargo o senador disputará. Disse que

Alfredo poderá ser candidato à reeleição ou a vice de Eduardo Braga (PMDB).

Pelo ar Quem se movimentou no fim de semana de olho nas eleições 2014 foi o senador Eduardo Braga. Sua equipe, por exemplo, foi vista desembarcando de avião em municípios do rio Juruá para distribuir panfletos sobre o trabalho dele como parlamentar.

O próximo É corrente entre os aliados do prefeito Artur Neto que, depois de Inês Daou (Cultura), o próximo a cair, se não houver reação dele, será o titular da Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento, Jefferson Praia. A cúpula do PMM não engoliu a invasão ao terminal pesqueiro.

PINGA FOGO

A articulação do Planalto para votar a MP dos Portos estava irritada ontem, no início da noite, com a bancada do Amazonas na Câmara. O Governo precisava de votos, mas apenas Plínio Valério (PSDB), Luiz Fernando e Átila Lins, PSD, dos oito que formam o grupo, estavam em plenário.

Por falta de quorum, a votação foi adiada para esta terça-feira. O governo tem pressa, pois a MP dos Portos vence na quinta-feira.

A assessoria da Sejus enviou mensagem para A CRÍTICA contestando desce, da seção "Sobe e Desce" de ontem, creditada ao delegado Wesley Aguiar como titular da pasta. A assessoria explicou que ele ainda não foi nomeado para o cargo.

Artur representará prefeitos

Prefeito de Manaus foi escolhido por Aécio Neves para discursar no encontro em que o senador será eleito presidente do PSDB

JOELMA MUNIZ

joelmamuniz@acritica.com.br

Artur Neto (PSDB) será o representante dos prefeitos tucanos durante na 11ª Convenção Nacional do Partido, que acontece no próximo sábado, no Distrito Federal. Ele discursará a convite do senador Aécio Neves (PSDB-MG), que na ocasião, será eleito presidente da legenda, em substituição ao deputado Sérgio Guerra (PSDB-PE).

A solenidade, que reunirá filiados, lideranças nacionais e regionais, governadores, senadores, deputados e prefeitos da legenda, é um dos atos da construção da candidatura de Aécio Neves para presidente da República. No encontro tucano, Artur, que é aliado de Aécio, promete fazer um discurso sobre as peculiaridades políticas e econômicas do Amazonas.

Saiba mais

>> Vitória de todos

A manutenção da alíquota do ICMS foi considerada por Artur Neto uma vitória de todos os representantes do Estado. Para o prefeito, ninguém pode ser citado como o salvador da pátria. "Só vamos obter mais vitórias se tivermos humildade para nos aliarmos".

O encontro do PSDB acontecerá 11 dias após reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal (CAE), que decidiu pela manutenção dos 12% cobrados pela Zona Franca de Manaus (ZFM), sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O assunto aguçou discursos 'apimentados' entre os colegas



O prefeito de Manaus, Artur Neto, durante entrevista coletiva, no saguão do aeroporto internacional Eduardo Gomes

de legenda, Geraldo Alckim (PSDB-SP), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Alvaro Dias (PSDB-RJ) e o próprio Artur.

Ontem, ao retornar de Brasília, onde esteve reunido com a presidenta Dilma Rousseff (PT) para pedir apoio aos projetos da prefeitura, Artur Neto concedeu uma entrevista coletiva. "Decidi aceitar o convite de Aécio porque tenho um recado honesto para dar aos meus colegas de partido. Irei de peito aberto para chamar o PSDB a uma reflexão de Brasil. Vou falar do que espero da legenda e dos pontos que devem ser melhorados", disse o prefeito de Manaus.

Durante o período que antecedeu a votação da CAE, Artur Neto, ameaçou diversas vezes abandonar o PSDB caso o partido se posicionasse favorável aos Estados do Sul e Sudeste, na briga pela redução do ICMS cobrado pelo Amazonas. Mas, mudou de tom com a proximidade da votação. Em entrevista coletiva no dia 24 de abril, ele disse ter recebido garantias de que o PSDB nacional não interviria nos votos de seus correligionários, e que por isso não tinha porque deixar a sigla.

Manaus, terça-feira, 14 de maio de 2013.

Câmbio diferenciado para a ZFM

Deputado federal Henrique Oliveira fez essa indicação ao ministro da Fazenda, Guido Mantega

O deputado Henrique Oliveira (PR/AM) encaminhou um Requerimento de Indicação para o ministro da Fazenda, Guido Mantega, no qual sugere a adoção de uma Taxa de Câmbio diferenciada para a Zona Franca da Manaus (ZFM).

A ZFM está no meio de um titoteio novamente, em função do

Projeto de Resolução nº 01/2013, que dispõe sobre a unificação da alíquota do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços incidente nas transações interestaduais.

Na semana passada, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, o Amazonas, por conta da ZFM, conseguiu man-

ter 12% no parecer de Delcídio Amaral (PT-MS) ao PRS 01/2013. A próxima disputa será no plenário da Casa.

EXPORTAÇÕES

Na opinião de Henrique Oliveira, a medida, caso venha a ser aceita pelo Ministério da Fazenda, pode estimular as exporta-

ções das empresas instaladas no Polo Industrial de Manaus (PIM).

"Por causa da gradativa e crescente perda de competitividade e de atratividade, tanto para os investidores quanto para os consumidores finais, é que sugerir a adoção de uma Taxa de Câmbio diferenciada para esti-



Henrique: medida fortalecerá o PIM

mular as exportações da Zona Franca de Manaus", justificou.

Henrique Oliveira explica que a proliferação de benefícios fiscais fora da ZFM, especialmente no que diz respeito à criação de Zonas de Processamento de Exportações (ZPE), e também os benefícios fiscais do setor de informática, combinados com uma invasão de produtos originários da China - comercializados a preços abaixo do custo de produção -, além do contrabando, tem causado o esvaziamento da ZFM ao longo dos últimos anos.

Lindbergh quer 9%

Senador vai propor essa alíquota para o setor de Bens de Informática da Zona Franca de Manaus

ADAN GARANTIZADO

adan@acritica.com.br

A queda de braço em torno da alíquota interestadual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) deve ganhar um novo capítulo nesta semana.

Após críticas de representantes do Governo Federal, o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Lindbergh Farias (PT-RJ), anunciou na última sexta-feira que vai propor uma emenda ao projeto de resolução 001/2013.

A intenção do senador carioca é reduzir a alíquota interestadual do ICMS incidente apenas sobre os bens de informática produzidos na Zona Franca de Manaus (ZFM). A nova alíquota seria de 9%. Durante a votação na CAE, os bens de informática já haviam sido alvo de críticas. A senadora Ana Amélia (PP-RS), chegou a propor um destaque

que pedia a redução da alíquota sobre estes produtos para 7% na Zona Franca. O destaque foi derrotado por apenas três votos de diferença.

PEGADINHA

Para o ex-prefeito de Manaus e auditor fiscal da Receita Federal, Serafim Correa, os 9% são uma "pegadinha". A redução da alíquota significaria, para ele, a extinção que qualquer possibilidade do Polo Industrial de Manaus se tornar atrativo para o segmento. "Quando colocamos todos os custos tributários na ponta do lápis, a margem atual de incentivos fiscais fica em 3,4%. Com a alteração para 9%, ficará em 3,2%. Esta variação de 0,2 vai continuar sem atrair ninguém. Será praticamente o fim do setor de informática aqui", cravou Serafim, que detalhou todo o cálculo em seu blog na Internet.

Já o consultor econômico José Laredo vê a proposta como um "poder de barganha" da bancada amaz-



Lindbergh Farias engrossará o discurso dos que defendem 9% para a ZFM

Reprodução/Internet

nense. "Lógico que a prioridade é manter os 12%, mas seria recomendado ao Amazonas considerar 9% para evitar alguns conflitos. Desde a lei de informática, este setor já é prejudicado no PIM", argumentou Laredo.

ALINHAMENTO

Ontem, o Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), afirmou que vai orientar a bancada paulista a aceitar apenas duas alíquotas de ICMS quando o projeto for para votação em plenário. "O objetivo era uma alíquota única, de 4%. Mas 4% e 7% São Paulo aceita", opinou. Ele também respondeu às críticas feitas pelo prefeito de Manaus, Artur Neto. "Ninguém quer acabar com a Zona Franca. Ela tem a maior renúncia fiscal do país, R\$ 22 bilhões, e ninguém mexe nisso. O que nós não queremos é a criação de uma diferença no ICMS que não existia até então", afirmou Alckmin.



A lei de informática

desestimulou as empresas do setor a investirem no PIM. São poucas as que permanecem aqui. Por isso, esta proposta de 9% apenas para os bens de informática pode se tornar um instrumento de barganha do Amazonas. Sofremos com 'torpedos' de todos os lados. Se fincarmos o pé contra a questão, podemos sofrer retaliações. Agora os nossos representantes não podem abrir mão de jeito algum da redução da alíquota dos outros itens. Os 12% são o limite da Zona Franca de Manaus. Sem este percentual, não teremos atrativos competitivos".

Manaus, terça-feira, 14 de maio de 2013.

Daikin fabricará no PIM

Japonesa desembarcará em Manaus, em 2014, para produzir ar condicionado para uso doméstico

O presidente da multinacional japonesa Daikin, Mcquay Takahide Shibata, confirmou a instalação de uma unidade da empresa, uma das maiores fabricantes de condicionadores de ar do mundo, no Polo Industrial de Manaus, em 2014.

Em visita ao secretário de estado de Planejamento Ailton Claudino, Shibata disse que o grupo, que já mantém escritório comercial no Estado, está em fa-

se de elaboração do Processo Produtivo Básico (PPB) para abrir as linhas de produção no parque industrial local.

Líder na produção de condicionadores de ar no Japão e na Europa, a Daikin pretende atuar no PIM no sistema ponta-a-ponta, com alto nível de verticalização, assegurou Shibata, como na unidade do grupo no Japão.

Inicialmente, a empresa vai fabricar condicionadores de ar

para uso doméstico e expandir, futuramente, para o segmento corporativo e industrial.

O secretário Ailton Claudino disse aos executivos da Daikin que o Governo do Amazonas está sempre empenhado em oferecer um bom ambiente de negócios para as empresas dispostas a investir no Estado.

Fundada em 1924 em Osaka, a Daikin mantém, atualmente, filiais na China, Austrália, Índia,

Sudoeste Asiático, República Tcheca, além da América e Europa. Em 2012, a Daikin adquiriu a Hellman & Friedman, empresa de capital privado baseada em São Francisco (EUA), com a intenção de expandir as operações do grupo no mercado norte-americano, o que deve abrir caminho para tornar-se a maior fabricante mundial de sistemas de aquecimento de sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado.



Mcquay e Shibata (à dir.), quando conversava com Ailton Claudino (à esq)

Mitos e preconceitos plantados contra a ZFM

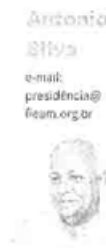
Ultimamente, nossos rivais inventaram novas mentiras contra o modelo Zona Franca de Manaus, ao afirmar que somos deficitários em relação ao recolhimento de impostos versus recebimento de Transferências Constitucionais e repasses do Governo Federal, quando, ao contrário, somos contribuinte líquido de receita tributária federal. Afirmam que a renúncia fiscal é superior à arrecadação federal, outra mentira, temos um índice de retorno fiscal de 1,69, ou seja, para cada R\$ 1,00 de renúncia é arrecadado R\$ 1,69. Afirmam que o salário médio pago pelas empresas da ZFM no último ano foi de R\$ 1.308,12, quando na verdade a média foi

de R\$ 1.687,88, superando em muito a média salarial de vários Estados da Federação. Outra inverdade é a afirmação de que o município de Manaus concede isenção de tributos por 10 anos, não existe tal incentivo porque que a Lei Municipal nº 427, de 8 de janeiro de 1998, já perdeu sua eficácia. O Polo Industrial de Manaus, ao contrário do que eles afirmam e os números falam por si, é um dos centros mais eficientes de geração de receitas públicas no país, tendo arrecadado, em 2012, 54% de toda a receita federal nos sete Estados da Região Norte. Acusam-nos de usufruir exagerada concessão de

incentivos fiscais, entretanto grande parte do desenvolvimento industrial brasileiro utilizou-se desse processo, como, por exemplo, a indústria automobilística e aeronáutica localizadas na região Sudeste, a indústria de informática, cuja maior concentração é também no Sudeste. Esses setores industriais, com grande número de empresas localizadas nas regiões mais desenvolvidas do País pagam pouquíssimos impostos, são favorecidos com outras isenções e subsídios, como por exemplo, financiamentos via BNDES com juros bastante favoráveis. A ZFM não é baseada em

financiamento público para o seu desenvolvimento industrial, seus benefícios fiscais são vinculados exclusivamente à produção e somente são usufruídos quando ela é vendida, todo o risco durante a elaboração e implantação do projeto é de inteira responsabilidade do empreendedor. Todas essas inverdades e algumas outras foram colocadas nos discursos proferidos na sessão da última terça-feira, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, quando foram rechaçadas as emendas que tiravam nossa competitividade industrial. Na votação do destaque feito

pelo senador do PT de São Paulo, os votos nos foram favoráveis pelo placar de 16 a 9. Vencemos uma batalha, mas a refrega continua agora no Plenário do Senado, não há lugar para o desvanecimento, temos que demonstrar aos senadores da República que o desenvolvimento e a preservação ambiental no Amazonas são questões compatíveis, que ocorrem concomitantemente, por isso deve-se fazê-los entender quão importantes e necessárias são as vantagens comparativas para desenvolver de forma sustentável a Amazônia, desfazendo mitos e preconceitos contra o nosso modelo de desenvolvimento



Arrecadação cresce 18% em abril

Entraram nos cofres da Sefaz-AM a quantia de 643,4 milhões. Em março, o montante arrecadado foi de R\$ 542 milhões

OLÍVIA DE ALMEIDA

olivia.almeida@acritica.com.br

A arrecadação amazonense rendeu aos cofres da Secretaria de Estado da Fazenda-AM, no mês de abril, um montante de R\$ 643,4 milhões. A quantia foi 9,19% superior à arrecadada no mesmo período do ano passado (R\$ 589,2 milhões) e 18,7% maior na comparação com março deste ano, quando o Estado arrecadou R\$ 542 milhões.

De acordo com secretário Executivo de Receita, Jorge Jatahy diversos fatores influenciaram nesses números. "Entre eles, a substituição tributária em vários segmentos, principalmente de bebida e cigarro, o aumento do dólar fez com que o imposto sobre a entrada ficasse elevado e, além disso, passamos também a fazer o maior controle da entrada de produtos através de instrumentos tecnológicos e blitz nas ruas", explicou.

ICMS

A arrecadação com o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal tributo estadual, somou R\$ 595,8 milhões, um avanço de 11,73% so-

bre o recolhimento de abril de 2012 e de 19,8% sobre março de 2013.

Quanto ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), o valor arrecadado em abril foi R\$ 21,6 milhões, o que representa um incremento de 44,1% comparado ao mesmo período do ano passado e, 27,7% comparado a março de 2013. "O aumento se deu por conta do crescimento de emplacamentos de carros zero quilômetro e o vencimento do licenciamento de veículo com final 2, 3 e 4", explicou Lobo.

SEGMENTOS

Entre os segmentos, a indústria arrecadou R\$ 276 milhões, 8,5% a mais frente o mesmo período do ano passado e 13,6% superior a março deste ano. Já o comércio registrou acréscimo de 11,7% sobre abril de 2012 e de 28,2% sobre março de 2013, com um recolhimento de R\$ 246,7 milhões. E de serviços recolheu R\$ 72,9 milhões, avanço de 25,4% e 17,7%, respectivamente.

Para Afonso Lobo, esses dois últimos segmentos são os que têm contribuído para o bom desempenho da arrecadação esta-



dual. "A produção industrial do Estado apresentou um recuo no primeiro trimestre de 1,1%, motivado pelo baixo desempenho de bicicleta e celular e, isso tem impedido que um maior crescimento na arrecadação", explicou o secretário da Sefaz, que acredita

que a partir do meio do ano apareçam números mais positivos, movidos pelo aumento de produção e venda de aparelho de televisão devido a Copa das Confederações e Copa do Mundo.

Já Jorge Jatahy aponta que a mudança na matriz energética

deve impactar a arrecadação no Estado. "Com a chegada do Linhão de Tucuruí, previsto para junho, haverá uma redução do consumo de óleo diesel nas termelétricas e, isso resultará na perda do ICMS que o segmento gera", prevê o secretário executivo.

Manaus, terça-feira, 14 de maio de 2013.

CAPA



Claro & Escuro

Ofensiva pública e privada na luta pelo convencimento popular

Para se contrapor às forças políticas do Sudeste, o prefeito de Manaus, Arthur Neto, defende uma ofensiva na grande imprensa. A ideia é publicar artigos em jornais de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal argumentando sobre as vantagens econômicas do modelo Zona Franca para o País, desmitificando a renúncia fiscal e explicando a importância ambiental da ZFM para a Amazônia. Nessa investida, a participação do governo do Estado, empresários e cientistas é fundamental. Arthur considera que esse tipo de batalha se trava também na mídia, pois trata-se de um confronto por convencimento da opinião pública. De fato, a pressão popular, a partir da mobilização na mídia, é uma aliada determinante na defesa dos interesses nacionais. Parlamentares dificilmente contrariam o eleitorado ao serem cobrados sobre questões específicas. A ZFM é uma delas.

Câmbio diferenciado

O deputado federal Henrique Oliveira (PR-AM) propôs ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, adotar uma taxa de câmbio diferenciada à Zona Franca de Manaus (ZFM). A ideia é atrair investidores, estimular as exportações e combater o contrabando.

Crise de estabilidade

A ideia deve ser descartada pelo ministro. Isso porque o dólar já é utilizado nas transações da ZFM. A opção seria o euro, mais caro em relação ao real, mas que enfrenta crise de estabilidade na zona que adota a moeda. O momento também é inoportuno.

Claro & Escuro (continuação)

Luta pela alíquota de
12% de ICMS no PIM
não terminou, diz
prefeito

A NOTÍCIA FOI PUBLICADA ONTEM NO PORTAL D24AM.COM

FACEBOOK



USUÁRIO: WILLIAM SANTOS

Vencemos a batalha, mas não a
guerra. Até porque todos os dias
aparecem desafios a serem vencidos
pelo PIM.

Concursos locais e nacionais oferecem 2 mil vagas e salários vão até R\$ 14 mil

Órgãos estaduais e federais estão com inscrições abertas e há autorizações para novos editais

TEXTO Beatriz Gomes

MANAUS

s concursos públicos oferecerão, aproximadamente, 2 mil vagas nos próximos meses nas esferas estadual e federal, com abrangência do Amazonas, com salários de até R\$ 14 mil. Quatro instituições estão com as inscrições abertas e os editais de outras cinco estão previstos para ser publicados ainda no primeiro semestre desse ano. Dois prazos de inscrição terminam esta semana.

Os concursos com abrangência estadual estão ofertando cerca de 80 vagas para analistas no Tribunal de Contas da União (TCE), professores nas universidades do Estado e Federal do Amazonas e estagiários portadores de necessidades especiais para o Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM).

O prazo de inscrição no concurso do Tribunal de Contas do Estado (TCE) que disponibiliza 24 vagas para Nível Superior termina às 14h de hoje.

As oportunidades são para analista técnico de controle externo, com salário de R\$ 5,5

Órgão	Vagas	Inscrições
TCE-AM (Analista técnico controle externo)	24	Até às 14h de hoje
UFAM (professores)	40	Até 18 de maio
UEA (professores)	6	13/05 a 14/06
TJAM (estagiários portadores de deficiências)	6	13/05 a 17/05
Polícia Federal (nível Superior)	600	17/05 a 3/06
Suframa	150	Não definidas
Sudam	71	Não definidas
Dep de Educação e Cultura do Exército (Deom) (Cadetes)	520	20/05 a 19/06
IBGE (agentes em pesquisa de saúde)	950	Não definidas

mil. As inscrições podem ser feitas pelo endereço eletrônico www.concursosfec.com.br. A taxa é de R\$ 120. É necessário graduação em Direito ou outro curso de Nível Superior.

A Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) também estão com processo seletivo aberto para professores, sendo 40 vagas na Ufam e seis para a UEA. Para a Ufam, as oportunidades são para professores de diversas áreas de formação e a remuneração oferecida varia de R\$ 3,5 mil a R\$ 8,5 mil. O prazo de inscrição foi estendido até sábado.

A UEA abriu processo para

contratar seis professores adjuntos em regime temporário para a Escola Superior de Ciências Sociais, com salário de até R\$ 8,3 mil.

TJAM

O TJAM abriu edital destinado ao preenchimento de seis vagas de estágio para o Setor de Protocolo Judicial de 1º grau do Fórum Henoch Reis. A bolsa-auxílio mensal é de R\$ 800, mais auxílio-transporte de R\$ 121. As inscrições serão efetuadas gratuitamente até quinta-feira. O edital está no site <http://www.tjam.jus.br>.

Na esfera federal, o destaque foi a reabertura das inscri-

ções para o concurso da Polícia Federal, com a retificação das vagas para deficientes, divulgada na última sexta-feira. São 600 vagas para as funções de escrivão, delegado e perito criminal. As inscrições estarão disponíveis desta quinta-feira até 3 de junho.

São 350 vagas para escrivão. O cargo exige graduação em curso de Nível Superior. A remuneração é R\$ 7,5 mil e a taxa é R\$ 125. Para delegado, são 150 vagas. É preciso ter diploma de graduação em Direito. A remuneração é de R\$ 14 mil e a taxa é R\$ 150. Já para o cargo de perito criminal, há cem vagas.

Previstos

A autorização para a realização do concurso da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) deve sair ainda em maio. O concurso deve disponibilizar 150 vagas.

Outro concurso previsto e que já teve a autorização publicada no Diário Oficial da União (DOU) em dezembro do ano passado disponibiliza 71 vagas para a Superintendência da Amazônia (Sudam).

PESQUISA

IBGE terá seleção para 900 agentes

O governo federal publicou autorização para realizar processo seletivo simplificado para a contratação por tempo determinado de 950 agentes em pesquisa de saúde para a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A autorização foi dada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), conforme Portaria 150, publicada no Diário Oficial da União, no dia 6 de maio.

Os agentes serão contratados para o desenvolvimento de atividades inerentes à Pesquisa Nacional em Saúde (PNS). O IBGE deverá definir a remuneração dos profissionais a serem contratados. O prazo máximo de duração dos contratos deve ser de seis meses, de acordo com o cronograma dos trabalhos, com possibilidade de prorrogação, desde que justificados, com base na necessidade de conclusão das atividades.

Arthur quer criar com Omar ofensiva na imprensa do Sul e Sudeste a favor da ZFM

TEXTO Camilla Carvalho
FOTO Arlesson Siqueira/Somcom

MANAUS

O governador do Estado, Omar Aziz (PSD), e o prefeito de Manaus, Arthur Neto (PSDB), irão se reunir nesta semana para traçar a estratégia de contra-ataque a investida de parlamentares do Sul e Sudeste que tem disseminado informações contrárias à Zona Franca de Manaus (ZFM).

A informação foi dada pelo prefeito de Manaus, na manhã desta segunda-feira, ainda no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes após retornar de Brasília.

"Vou falar com o governador hoje (ontem), porque estou com a fixação de redigirmos artigos e falarmos em rádios nacionais para disputarmos dentro do terreno deles (parlamentares do Sul e Sudeste), escrevendo artigos, polemizando, provocando o debate e falando a nossa versão", disse.

Na semana passada, Omar e Arthur foram a Brasília na tentativa de convencer os senadores a votar contra a emenda do senador paulista Eduardo Suplicy (PT) à Medida Provisória que trata das compensações aos Estados pela unificação das alíquotas interestaduais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A emenda proposta alterava as alíquotas do ICMS em operações interestaduais.

Na votação na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), a emenda foi derrubada por 16 votos a nove. Com a derrubada da emenda, a ZFM continua com uma alíquota de 12% de crédito do ICMS.

"Tivemos uma primeira vitória que ainda não é a definitiva. Eu e o governador não somos os salvadores da pátria, temos de nos articular para não sofreremos uma derrota no Plenário. Daqui para frente, o jogo



REUNIÕES
Prefeito voltou de Brasília na manhã desta segunda-feira e se reuniu com secretariado

Prefeito Arthur Neto (PSDB) chegou nesta segunda-feira de Brasília. Ele quer traçar estratégia para publicar artigos na imprensa do Sul e Sudeste para divulgar a Zona Franca de Manaus

FRASE



Arthur Neto.

Não somos salvadores da pátria. Vamos mostrar que somos os carneiros e que os Estados mais ricos, como São Paulo, são os lobos"

é duro e tem de ser jogado em grupo", disse Arthur Neto.

A matéria segue para votação plenária, ainda sem data definida.

Cunho eleitoral

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), rebateu as críticas do prefeito de Manaus e disse que não pretende prejudicar a ZFM.

"Ninguém quer acabar com a Zona Franca de Manaus. Ela tem a maior renúncia fiscal do País. O que nós não queremos é a criação de uma diferença no ICMS que não existia até então", disse.

Ele reafirmou ser contrário a três alíquotas diferentes para o imposto e disse que a bancada paulista está orientada a aceitar apenas duas alíquotas.

"O objetivo era uma alíquota única, de 4%. Mas 4% e 7% São Paulo aceita. Se for para aprovar a reforma do ICMS com três alíquotas, é melhor deixar como está e discutir em 2015, longe da eleição", argumentou Alckmin.

APOIO ELEITORAL

Recursos não são 'barganha' política para eleição de 2014

O prefeito de Manaus, Arthur Neto (PSDB), negou a possibilidade de apoiar a reeleição da presidente Dilma Rousseff (PT) em 2014. Durante coletiva no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, o prefeito negou que os R\$ 765 milhões em recursos que serão viabilizados pelo governo federal sejam barganha política da presidente em troca de apoio nas próximas eleições, em 2014.

"A presidente concorda comigo quanto ao fato de que todo mundo que está envolvido em uma tarefa de governo tem de pensar em 2013, porque ganhar o 2014 em 2013 é complicado. Ela deixou bem claro que o entendimento republicano é o que interessa, não tem nada a ver com barganha política e eu me

sinto melhor assim", disse. Ele informou que a partir de agora terá um relacionamento "fraternal" com a presidente e disse que Dilma Rousseff o deixou a vontade para procurá-la para solucionar os problemas de Manaus. "Nosso tratamento será republicano. Ela disse que, quando eu sentir necessidade, é só pegar o telefone e ligar, ou seja, mandou o governo abrir as portas", contou.



MULTIMÍDIA
Assista na vídeo
desta matéria com
seu leitor QR Code
ou no Portal D24am
<http://va.mau/wh8>

Fala Sério

Apoio total

O prefeito Arthur Virgílio Neto conseguiu o que parecia impossível. Ele saiu de Brasília com o compromisso de apoio total do governo federal aos quatro projetos apresentados, que vão requerer investimentos de R\$ 765 milhões. “Vim confiante de que seria bem recebido, mas saí extremamente contente com a cordialidade com que ela me tratou, com a consideração que ela tem por Manaus e com o apoio que ela prometeu dar aos projetos apresentados aqui hoje”, disse o prefeito.



Portas fechadas

A reunião começou às 10h30, com uma mudança no protocolo. A assessoria de Dilma havia informado à comitiva do prefeito que o encontro deveria durar uma hora, sendo os primeiros 30 minutos destinados à apreciação dos projetos de Manaus e o restante do tempo para uma conversa reservada entre Dilma e Arthur. Ao encontrar o prefeito, a presidente o convidou logo para uma sala reservada, onde ficaram por aproximadamente uma hora e 15 minutos.

PT chafurda

O governo do PT, que vem se caracterizando por escândalos de corrupção e cuja a população brasileira ainda sequer esqueceu o último, do “mensalão”, deve viver uma nova e devastadora onda de escândalos. O motivo é o livro ‘assassinato de reputações: Um crime de estado’, do jornalista Cláudio Tognolli.



Fala Sério (continuação)

Tudo sobre o Mensalão

O livro na verdade é uma entrevista com o delegado Romeu Tuma Jr. Um dos casos específicos e mais polêmicos é o dos 'grampos' ao Ministro Gilmar Mendes, na época, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). Entre os personagens de mais esse escândalo nacional, está o delegado Protógenes Queiroz, hoje no PC do B. Segundo Tuma conta ao jornalista, O PT teria ordenado o "grampo" a todos os ministros. O livro promete ser bombástico.

Em Manaus

Durante a reunião, o prefeito de Manaus convidou a presidente Dilma a participar dos eventos de aniversário da cidade, no dia 24 de outubro. Arthur disse que fazia questão que ela participasse da reabertura do mercado Adolpho Lisboa. Dilma pediu que a assessoria dela marcasse em sua agenda pois tem total interesse em estar em Manaus nessa data.



Obra Fantástica

"Disse a ela que o mercado é uma obra fantástica, que resgata a história da cidade e a autoestima dos moradores e que ter o nome dela na placa de inauguração seria importante. Ela adorou a ideia e disse que vai celebrar o aniversário da cidade com a gente. É mais um presente dos muitos que minha administração pretende entregar para a cidade neste ano", declarou Arthur.

NINGUÉM MERECE!

- A Polícia Civil prendeu na sexta-feira, 10 de maio, a estelionatária Maria Raimunda Cretudes de Souza, acusada de enganar oito pessoas com a "promessa" de aquisição de imóveis no Conjunto Cidadão X, localizado na zona oeste de Manaus.
- Maria Cretudes se passava por uma funcionária da Superintendência Estadual de Habitação do Amazonas (Suhab), com o documento de "Autorização para Ocupação de Imóvel" contendo uma assinatura falsa da primeira-dama do Estado, Nejmi Aziz.
- Para adquirir as casas, as vítimas eram obrigadas a pagar entre R\$ 6mil e 10 mil reais para obter o imóvel. O crime foi praticado entre 17 de abril e 3 de maio, deste ano.
- Após denúncias das vítimas à Delegacia Especializada de Roubos e Furtos, localizada no bairro da Alvorada I, foi feita um trabalho de busca da acusada, que foi encontrada na tarde desta sexta-feira no centro da cidade.

Manaus, terça-feira, 14 de maio de 2013.

Arthur Neto chega otimista em Manaus

☞ Reunião com a presidente Dilma Rousseff foi extremamente positiva



O prefeito Arthur Virgílio Neto (PSDB) avaliou como extremamente positiva a reunião que manteve na manhã desta sexta-feira, 10, com a presidente Dilma Rousseff (PT), no Palácio do Planalto, em Brasília. Ele saiu com o compromisso de apoio total do governo federal

aos quatro projetos apresentados, que vão requerer investimentos de R\$ 765 milhões. E, ainda, de uma visita da presidente a Manaus, no dia 24 de outubro, dia do aniversário da cidade, para a inauguração do Mercado Adolpho Lisboa. A afirmação foi reafirmada em

sua chegada a Manaus esta segunda-feira.

“Vim confiante de que seria bem recebido, mas sai extremamente contente com a cordialidade com que ela me tratou, com a consideração que ela tem por Manaus e com o apoio que ela prometeu dar aos projetos

apresentados aqui hoje. Me sinto muito feliz em contar com o apoio da presidente e do governo federal para as ações que estamos fazendo para transformar Manaus em uma cidade mais desenvolvida para a população”, declarou o prefeito na saída do Palácio do Planalto.



Compromisso grande

“O compromisso da presidente Dilma com Manaus é grande. Este apoio que ela prometeu, vai ajudar Manaus a estar preparada para a Copa e a desenvolver toda a cidade, dando melhores condições de vida para a sociedade manauara”, declarou Arthur Virgílio.

Durante a reunião fechada, Arthur e Dilma conversaram sobre a discussão em torno das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), fundamental para a competitividade da Zona Franca de Manaus (ZFM). Na última terça, o

Amazonas conseguiu uma grande vitória no embate com os estados do Sudeste, ao conseguir na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado a derrubada de uma emenda que prejudicava o Estado. A emenda ao relatório da mudança do ICMS foi apresentada pelo senador petista Eduardo Suplicy, de São Paulo, estado que é o principal opositor do Amazonas na disputa. A estratégia que conseguiu a vitória com 16 votos favoráveis à ZFM contra 9 contra foi articulada pelo prefeito Arthur Neto e pelo governador Omar Aziz (PSD).

Manaus, terça-feira, 14 de maio de 2013.

Arthur Neto chega otimista em Manaus (continuação)

Mudança de protocolo

A reunião começou às 10h30, com uma mudança no protocolo. A assessoria de Dilma havia informado à comitiva do prefeito que o encontro deveria durar uma hora, sendo os primeiros 30 minutos destinados à apreciação dos projetos de Manaus e o restante do tempo para uma conversa reservada entre Dilma e Arthur. Ao encontrar o prefeito, a presidente o convidou logo para uma sala reservada, onde ficaram por

aproximadamente uma hora e 15 minutos. Em seguida, Dilma convocou o ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, e o secretário geral do Programa de Aceleração do Crescimento, Mauricio Muniz, para ouvir do prefeito e dos secretários municipais Bernardo Monteiro de Paula, da Cultura e Turismo, e Katia Schweickardt, do Meio Ambiente, sobre os projetos considerados primordiais para a parceria municipal com a União.



Grandes projetos

Os quatro projetos apresentados foram: infraestrutura para a mobilidade urbana, que contempla ampliação, viadutos e passagens de nível, recuperação do sistema viário e transporte público, com valor aproximado de R\$ 500 milhões; recuperação de pontos do Centro de Manaus, que estão incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das Cidades Históricas, orçado em R\$ 33 milhões; criação do parque

da Cachoeira Alta do Tarumã que inclui, em sua primeira etapa, desapropriações, recuperação ambiental e construção de espaço para camping, quadras de esporte e pistas de caminhadas, com valor de R\$ 80 milhões; e Gestão de Risco e Resposta a Desastres para a retirada de 1.451 famílias que hoje estão em áreas de risco da cidade e recuperação de encostas e áreas de igarapés, projeto que precisa de investimentos de R\$ 150 milhões.

Cem por cento Zona Franca

"A presidente Dilma disse que vai manter o compromisso que tem com o Amazonas e com a Zona Franca de Manaus. Ela não pode interferir no Senado, mas disse que pode agir como mediadora caso o conflito persista. Nós do Amazonas sabemos que a disputa vai ser dura, mas a disposição da presidente

em ajudar a Zona Franca nos deixa mais confiantes", declarou Arthur, completando que Dilma disse que Manaus está no coração dela e que sempre que o prefeito precisar, pode marcar reuniões para apresentar projetos como os de hoje, realistas e que ofereçam real resultados para a população de Manaus.

Visita a Manaus



Durante a reunião, o prefeito de Manaus convidou a presidente Dilma a participar dos eventos de aniversário da cidade, no dia 24 de outubro. Arthur disse que fazia questão que ela participasse da reabertura do mercado Adolpho Lisboa. Dilma pediu que a assessoria dela marcasse em sua agenda pois tem total interesse em estar em Manaus nessa data.

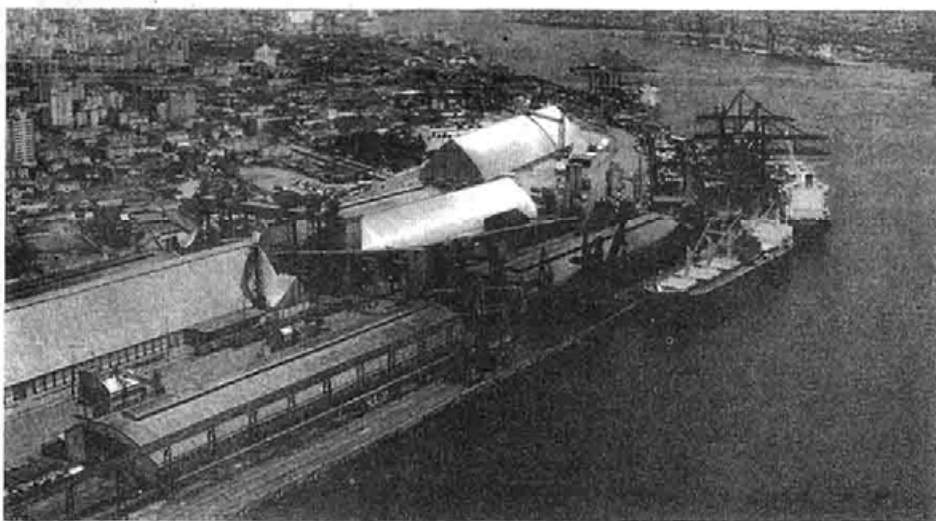
"Disse a ela que o mer-

cado é uma obra fantástica, que resgata a história da cidade e a autoestima dos moradores e que ter o nome dela na placa de inauguração seria importante. Ela adorou a ideia e disse que vai celebrar o aniversário da cidade com a gente. É mais um presente dos muitos que minha administração pretende entregar para a cidade neste ano", declarou Arthur.

Manaus, terça-feira, 14 de maio de 2013.

Continua a confusão na MP dos Portos

❖ MP dos Porcos e MP do Tio Patinhas são alguns títulos 'carinhosos' que a oposição dá para o relatório do aprovador por Dilma



A Câmara realizará na noite desta segunda-feira uma sessão extraordinária destinada a apreciar a Medida Provisória dos Portos. Mas a votação só acontecerá na terça-feira, disse o presidente da Câmara, Henrique

Eduardo Alves (PMDB-RN). A oposição tentará obstruir. "Essa medida não pode ser votada.", afirmou Ronaldo Cuiado, líder do DEM. E Henrique: "É natural que alguém queira fazer obstrução política. Mas espero

que a Câmara responda com maturidade. O Brasil deseja que essa matéria seja decidida pelo Parlamento. E nós vamos votar."

O Brasil, em verdade, não foi ouvido. É Dilma Rousseff

quem deseja mais ardorosamente que a MP dos Portos seja aprovada. Não de qualquer jeito, mas nos termos do relatório do senador Eduardo Braga (PMDB-AM), líder do governo.



Varas alheias

Espertamente, Eduardo Cunha cutuca Dilma com varas alheias. Nenhuma das nove emendas que juntou traz a assinatura dele. Os signatários são deputados de diversos partidos. Por mal dos pecados, consta da lista Luiz Sérgio (PT-RJ). Além de petista, é ex-ministro de Dilma. Antecedeu Ideli Salvatti na coordenação política do governo.

A votação na Câmara

deveria ter ocorrido na quarta-feira da semana passada. Mas a sessão desandou depois que o líder do PR, Anthony Garotinho, subiu à tribuna para afirmar que o emendão de Eduardo Cunha é a "emenda Tio Patinhas". Ele rebateu a MP dos Portos de "MP dos Porcos" e insinuou que os colegas trocavam voto por propinas. Instaurou-se a confusão. E Henrique Alves encerrou a sessão.

Continua a confusão na MP dos Portos (continuação)

Otimismo na situação



Otimista quanto à votação, Henrique Alves não assume nenhum compromisso em relação ao conteúdo. "Os deputados vão aprovar o que acharem melhor", diz ele. "Pode haver mudanças. Cabe aos líderes decidir, junto com suas bancadas." O que não pode existir, acredita o deputado, é a "omissão".

Segundo Henrique Alves, "o governo também está atuando e pode chegar a algum tipo de entendimento" com os parlamentares. O próprio vice-presidente Michel Temer participa do esforço. Chama-se Eduardo Cunha (RJ) o deputado que pisa nos calos do Planalto, obrigando o governo a se mobilizar.

Pisando nos calos do Planalto

Líder do PMDB de Henrique e de Temer, Eduardo comanda a articulação para modificar a MP editada por Dilma em dezembro do ano passado. O deputado fala em "aperfeiçoar" a medida. Para o Planalto, Cunha não quer melhorar, mas desfigurar a MP.

Há na pauta 28 emendas à medida provisória dos portos. A pretexto de encurtar o processo de votação, Eduardo Cunha juntou nove dessas sugestões de ajustes num único emendão. Recebe o nome técnico de "emenda aglutinativa".



TENHA SEMPRE O MELHOR QUANDO FOR ABASTECER



Comodidade, praticidade e segurança

Para sua total comodidade a DF Petróleo oferece o serviço de transporte e abastecimento do seu grupo gerador que será realizado por profissionais qualificados e equipamentos que seguem rígidas normas de segurança a fim de evitar acidentes, economizar no transporte do combustível na quantidade exata pela qual pagou.

Use produtos com a qualidade



DFPETRÓLEO

Av. Dom Pedro, 29 - Alvorada 1
92 3657-4757 / 3238-5297 / 8801-1060
df.alvorada@hotmail.com